

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.045 - SP (2019/0273458-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ELIENE LIMEIRA SANTOS TAVARES
ADVOGADA : ELIENE LIMEIRA SANTOS TAVARES - SP223954
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ISRAEL FRANCISCO LANDIM DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de ISRAEL FRANCISCO LANDIM DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem visada no *Writ* n.º 2171894-49.2019.8.26.0000, mantendo a segregação cautelar do paciente, nos autos da ação penal em que findou denunciado pela prática do delito previsto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar do paciente, porquanto embasada na gravidade em abstrato do delito, em tese, cometido, malferindo o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Argumenta que não ficou demonstrado, com base em elementos concretos, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, além de reputar ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do CPP.

Afirma, por fim, ser primário, ostentar bons antecedentes, possuir residência fixa e ocupação lícita, predicados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Requeru, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que fosse revogada a segregação cautelar do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (e-STJ fls. 74-75 e 88-89).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 111-117).

É o relatório.

Cumpru pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Compulsando os autos, constata-se que o paciente foi preso em flagrante **no dia 29-7-2019**, convertida a segregação em preventiva durante audiência de custódia, restando denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003, acusado de adquirir um revólver marca Rossi, calibre 38, com numeração suprimida e o ceder, no interior de seu veículo, para que um comparsa o portasse.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto aos fatos, consta da denúncia o seguinte:

Segundo apurado, em data anterior aos fatos, o denunciado ISRAEL FRANCISCO adquiriu um revólver com numeração raspada.

No dia dos fatos, o denunciado ISRAEL FRANCISCO cedeu referida arma ao denunciado IVAN, que passou a portá-la na cintura.

Então, os dois ocuparam o automóvel Chevrolet/Prisma, placas QQE 1630 de Belo Horizonte/MG, o denunciado ISRAEL na condução e o denunciado IVAN no banco traseiro, acompanhados também de Thiago Rodrigo Ferreira, que ocupava o banco do passageiro.

Ocorre que policiais militares que realizavam patrulhamento de rotina na região se depararam com o veículo com os vidros escuros e decidiram realizar a abordagem. Durante revista pessoal os policiais encontraram a arma de fogo na cintura do denunciado IVAN. Localizaram, também, um soco inglês dentro do porta-luvas do veículo.

Indagados, os denunciados e Thiago nada disseram aos policiais quanto à arma de fogo apreendida.

Interrogado na Delegacia de Polícia, o denunciado ISRAEL admitiu que a arma de fogo lhe pertencia, esclarecendo que a adquiriu há quatro meses na feira do rolo em Suzano, por R\$ 1.800,00, para proteger-se em razão da função de motorista que exerce. Admitiu também a posse do soco inglês. Negou, porém, que o denunciado IVAN portasse a arma de fogo no momento da abordagem policial (fls. 10).

O denunciado IVAN, por sua vez, contrariando as declarações dos policiais, negou que a arma de fogo tenha sido apreendida com ele, alegando que ela estava no banco de trás do automóvel (fls. 11).

A perícia realizada no revólver constatou a supressão da numeração, bem como sua eficácia para realização de disparos. (e-STJ fls. 77-78)

Verifica-se que o Juízo singular decretou a prisão preventiva do paciente, porquanto a entendeu necessária, sobretudo para o fim de restabelecer e preservar a ordem pública, vulnerada pelo risco de reiteração criminosa, evidenciado pela condição de reincidente do acusado, consignando que "o autuado Israel foi beneficiado pela suspensão condicional do processo, em decorrência do delito de receptação" (e-STJ fl. 29).

Instado a reconsiderar o decreto de prisão preventiva, destacou o Magistrado singular que "nem mesmo a indicação de domicílio fixo e de trabalho afasta, inexoravelmente, a viabilidade de desaparecimento do distrito da culpa e os demais fundamentos da custódia cautelar" (e-STJ fl. 53).

Superior Tribunal de Justiça

Inconformada, a defesa intentou *habeas corpus* perante o Tribunal local, que, por sua vez, considerando suficiente e fundamentada a decisão de primeiro grau, denegou a ordem, mantendo a prisão preventiva do acusado, mormente como forma de acautelar a ordem pública, fragilizada diante da gravidade concreta da infração e da reincidência do réu, salientando que *"trata-se de crime grave e de paciente que quebrou a confiança do Poder Judiciário ao ser preso em flagrante após ser beneficiado com o sursis processual, tendo sido apreendido no interior de seu carro um revólver calibre 38 com numeração suprimida, além de um soco inglês no porta-luvas"* (e-STJ fl. 16).

Sopesou, por fim, quanto às condições pessoais exaltadas pelo impetrante, que *"alegações de primariedade, bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita e família constituída não são suficientes, por si sós, à obtenção do pretendido benefício"* (e-STJ fl. 64).

Delineado o contexto fático-probatório, em relação aos requisitos da prisão preventiva, constata-se que a segregação do paciente encontra-se devidamente justificada com base no art. 312 do Código de Processo Penal, mostrando-se **devida** para o fim de acautelamento, sobretudo, da ordem pública, vulnerada diante da periculosidade social do acusado, **extraída, principalmente, do seu histórico criminal**.

Com efeito, conforme bem destacado pelas instâncias ordinárias, trata-se *"de paciente que quebrou a confiança do Poder Judiciário ao ser preso em flagrante após ser beneficiado com o sursis processual"* (e-STJ fl. 64), demonstrando não ser incipiente em condutas delitivas, circunstância que encerra motivo suficiente para preservar a constrição processual na espécie, pois revela a inclinação do réu à prática de crimes, concretizando a conclusão pela efetiva periculosidade social do ora paciente e inviabilizando a pretendida liberdade, já que patente a real possibilidade de que, solto, volte a cometer infrações penais de igual natureza, afastando o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima.

Segundo a doutrina de JULIO FABBRINI MIRABETE: *"Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida"*, concluindo que *"está ela justificada se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, [...]"* (Código de Processo Penal interpretado. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 803).

Vejam-se, nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE CONCRETA. VARIEDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS. RISCO DE REITERAÇÃO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO OBJETIVA DE EVENTUAL REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

[...]

2. O decreto de prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentado, tal qual exige a legislação vigente. Foram regularmente tecidos argumentos idôneos e suficientes ao cárcere

Superior Tribunal de Justiça

provisório do paciente nas decisões transcritas, para garantir a ordem pública, notadamente em razão da variedade dos entorpecentes apreendidos (maconha, crack e cocaína), **além do risco de reiteração delitiva, tendo em vista que o recorrente responde a outras duas ações penais pela suposta prática de crimes de roubo. Inclusive, o acusado já foi beneficiado com a expedição de alvarás de soltura em outras três oportunidades, sinalizando a propensão do recorrente à contumácia delitiva, fazendo-se necessária a manutenção de sua segregação cautelar.**

3. A prática de atos infracionais anteriores serve para justificar a decretação ou manutenção da prisão preventiva como garantia da ordem pública, considerando que indicam que a personalidade do agente é voltada à criminalidade, havendo fundado receio de reiteração. (STJ. 5ª Turma. RHC 47.671-MS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 18/12/2014 (Info 554). STJ. 3ª Seção. RHC 63.855-MG, Rel. para acórdão Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 11/05/2016.)

[...]

7. Recurso ordinário em Habeas corpus não provido.

(RHC 110.632/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTOS VÁLIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE.

1. O art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, dispõe que o Juiz deve decidir, por ocasião da prolação da sentença, de maneira fundamentada, acerca da manutenção ou, se for o caso, da imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação interposta.

2. In casu, o Juiz sentenciante fundamentou a prisão do paciente no fato de o crime de tráfico de drogas ter sido praticado próximo a uma faculdade e em razão dos registros processuais anteriores, o que demonstra a gravidade concreta do delito e o risco de reiteração delitiva, não havendo, assim, qualquer ilegalidade a ser suprida.

3. É inviável a análise de uma possível desclassificação da conduta do paciente, por demandar um reexame aprofundado das provas, o que é incompatível com a via eleita.

4. Ordem denegada.

(HC 492.654/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Registre-se ainda que, consoante orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, as alegadas condições pessoais favoráveis, sequer comprovadas no caso, não têm o condão de desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, tal qual ocorre nesta demanda.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CUSTÓDIA PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DO ESTADO FLAGRANCIAL. IRREGULARIDADE SUPERADA PELA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

5. *É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.*

6. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 98.538/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ARGUMENTOS CONCRETOS. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

3. *A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.*

[...]

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 101.548/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

Dessa forma, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal passível de ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **Jorge Mussi**
Relator

